

LEI ORDINÁRIA Nº 1466

de 27 de junho de 2025

“Institui a Política Municipal de Educação Integral e dispõe sobre a implantação de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Rio Verde de Mato Grosso/MS.”

O Prefeito do Município de Rio Verde de Mato Grosso, do Estado de Mato Grosso do Sul no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1 - Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

publicada na legislação educacional brasileira, integrada na Constituição Federal, nos

artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9.089/1990); na

Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), nos artigos 34 e 87; No Fundo Nacional de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

de Educação (Lei nº 14.113/2020); No Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de

25/06/20214); no Plano Municipal de Educação de Rio Verde de Mato Grosso/MS (Lei de

criação nº 1.076 de 18/06/2015, alterado pela Lei nº 1.133 de 17 de outubro de 2017 e

prorrogado prazo de vigência até 31/12/2025, conforme Lei nº 1.447 de 23 de abril de

2025), com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em

tempo integral através da Lei nº 14.640, de 31 de Julho de 2023; A Portaria Ministerial nº

1.495, de 2 de agosto de 2023, dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para

ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo

Integral; A Resolução FNDE nº 18, de 27 de setembro de 2023, estabelece os critérios e

procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de

contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral; A Portaria MEC nº

2.036, de 23 de novembro de 2023, define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral; A Nota Técnica nº 148/2024/DPDI/SEB/SEB, de 30 de abril de 2024, que fundamenta a metodologia de análise da meta física prevista na Resolução FNDE nº 18 e das outras providências em consonância com o Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/MS) nº 051/2024 que estabelece normas para a elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral nas instituições públicas de educação básica que aderirem ao Programa Escola em Tempo Integral.

Art. 2 - A Política de Educação Integral em Tempo Integral define as diretrizes e as concepções que contemplam a sucessão de ações das quais derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam as estratégias de ensino, os projetos e a rotina nas unidades de ensino de Educação Integral em Tempo Integral, com base em quatro princípios, os quais buscam constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatória:

\$1º - A Educação Integral promove a equidade ao reconhecer o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas, a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

\$2º - A Educação Integral é inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos.

\$3º - A Educação Integral é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica.

\$4º - A Educação Integral é uma proposta contemporânea porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e

responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Art. 3 - A Escola Integral em Tempo Integral na rede municipal será executada de forma gradual e progressiva, proporcionara aos alunos praticas escolares que estimulem as aptidées naturais de todas as criangas, contribuindo para o desenvolvimento de novas capacidades e linguagens durante a infancia e a adolescência, favorecendo os processos de investigagdo e construgdo de conhecimentos e de sentidos coletivos e compartilhados.

Art. 4 - A formagéo integral, efetivada por meio da Educagao Integral em Tempo Integral considera o sujeito em sua condicdo multidimensional (fisica, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética), inserido num contexto de relagdes.

Art. 5 - A Educação Integral visa & qualificação da Educação Escolar, a partir da ampliação de tempos, espagos e oportunidades educativas para todos os estudantes da rede publica de ensino, tendo como principios:
| - Qualificagdo do processo de ensino e aprendizagem, visando à garantia do direito de aprender a ler, escrever e produzir conhecimento;

II - Ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicas, esportivas e de lazer, com vistas em aprendizagens significativas que visam à formação humana e integral;

III - Oferta de Educação com qualidades humanísticas, democráticas e inclusivas com garantia de espaços adequados para o desenvolvimento das práticas pedagógicas;

IV - A articulação entre escola e a comunidade, assegurando o compromisso coletivo com a construção de um Projeto Político Pedagógico que estimule o respeito aos direitos humanos, ao exercício da cidadania e à promoção da igualdade racial e justiça social, além da pesquisa e da tratativa dos problemas concretos vivenciados pela comunidade abarcada por unidade educacional como metodologia do conhecimento;

V - Proporcionar atenção e proteção à crianças e adolescentes;

VI - Promover a formação continuada, ampliação de espaço de debate, acerca da

Educação Integral em Tempo Integral para os profissionais da educação que atuam na

Política Municipal de Educação Integral;

VII - Construir propostas curriculares e processos educativos de forma coletiva,

envolvendo a participação efetiva dos profissionais da educação.

Art. 6 - O tempo na escola de Educação Integral em Tempo Integral será configurado

como uma estratégia que possibilite a materialização da proposta de um currículo de

Educação Integral.

Paragrafo único. A ampliação do tempo e dos espaços de atendimento, dentro e fora

da escola, deverá atender a uma demanda do Projeto Político Pedagógico e do currículo.

Art. 7 - A Escola de Educação Integral em Tempo Integral oferece uma carga horária

mínima igual ou superior a 07 (sete) horas diárias e 35 (trinta e cinco) horas semanais do

currículo composto pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular e da Parte

Diversificada, com atendimento diário aos alunos.

§1º - Em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se,

nesse período, o tempo destinado a todas as atividades didático-pedagógicas, como:

atividades curriculares, esportivas, culturais, projetos, palestras e alimentação.

§2º - Integrará também na perspectiva de Educação Integral em Tempo Integral, de

forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

físicas, sensoriais, intelectuais, culturais e sociais, segundo suas características,

interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 8 - As escolas que vierem a oferecer Educação em Tempo Integral deverão ter as

concepções de forma clara, dentro do Projeto Político Pedagógico e disciplinando as

normas e os princípios de organização, por meio de Resolução publicada pela Secretaria

Municipal de Educação.

Parágrafo único. A prioridade para a oferta do atendimento em tempo integral será para

as escolas localizadas em territórios que apresentem os seguintes indicadores:

a) Índices expressivos de distorção idade/série e evasão escolar;

b) Comunidade local (entorno da unidade escolar) em situação de vulnerabilidade

socioeconômica;

Art. 9 - Gestão desenvolvida será pautada na colegialidade de natureza participativa,

cooperativa e transparente, adotando procedimentos que garantam a participação da

comunidade escolar nas tomadas de decisões pedagógicas e administrativas, de forma a

contribuir para a autonomia da escola, assegurando o pluralismo de ideias e decisões

que viabilizem a qualidade social da educação escolar.

Art. 10 - O currículo das escolas de Educação Integral em Tempo Integral será

regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria de

Estado de Educação e o Conselho Estadual de Educação, e contemplará atividades

educativas diferenciadas e estratégias com foco na interdisciplinaridade, articuladas as

áreas do conhecimento e aos componentes curriculares, que venham contribuir para o

desenvolvimento pleno do aluno.

Parágrafo único: A operacionalização do currículo ocorrerá de forma

integralizada e

diversificada, através de uma matriz de educação integral, composta da Base Comum

Curricular e da Parte Diversificada.

Art. 11 - A Matriz Curricular de Educação Integral em Tempo Integral tem o propósito de

organizar o trabalho pedagógico desenvolvido de acordo com o Referencial Curricular de

Mato Grosso do Sul correspondente à Educação Infantil e o Ensino Fundamental,

atendendo a legislação vigente.

Art. 12 - A unidade escolar, para as turmas de Tempo Integral, prevê intervalos

regulares para alimentacdo (almogo), descanso, socializagdo, higiene e/ou de lazer,

tempo este, ndo computados na carga horária das aulas. No intervalo de almogo e

descanso, sera ofertado atividades diversificadas tais como jogos de mesa, livros de

histórias infantis, jogos de tabuleiro, entre outros.

Art. 13 - A jornada de trabalho na unidade escolar de Educação Integral em Tempo

Integral dos profissionais da educacéo, sera de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 14 - As Escolas Municipais de Educação Integral terdo metas e resultados a serem

alcangados, de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação e Secretaria Municipal de Educação, a partir

dos dados apresentados pelas

avaliagGes internas e externas.

*Art. 15 - O Comit  Municipal de Educa o Integral em Tempo Integral, no
&mbito da*

*Secretaria Municipal de Educa o, monitora a implementa o das
estrat gias e a es*

*relativas a politica municipal de Educag o Integral em Tempo Integral,
publicado atrav s*

de portaria, com vig ncia a cada 02 (dois) anos.

*Art. 16 - Para a consecui o da Politica Municipal de Educa o Integral, a
Prefeitura de*

*Rio Verde de Mato Grosso - MS, por meio da Secretaria Municipal de
Educa o, podera*

*celebrar conv nios, parcerias, contrata o de servigos e acordos de
cooperag o t cnica*

*com instituic es publicas e privadas e firmar termos de cooperagdo com
organismos e*

instituicdes nacionais e internacionais cong neres.

*Art. 17 - As despesas decorrentes da execu o desta Lei correrdo por
conta de*

*dota es orcamentarias consignadas anualmente a Secretaria Municipal
de Educa o,*

*observados os limites de movimentagdo, empenho e pagamento da
programagdo*

orgamentaria e financeira anual.

*Art. 18 - A regulament o da presente Lei dar-se-a por meio da Politica,
do Parecer n *

*051 do Conselho Estadual de Educagao/MS (CEE/MS) e a sua
implementag do por*

*Documento Norteador do(a) Secretario(a) Municipal de Educa o, que
disciplinara ou*

*regulamentara as atividades escolares nas escolas de Educag o Integral
em Tempo*

Integral.

Art. 19 - Os casos omissos serdo resolvidos pela Secretaria Municipal de Educagéo.

Art. 20 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicagéo, ficando revogadas as disposições em contrario.

*Art. 15 - O Comit  Municipal de Educa o Integral em Tempo Integral, no
&mbito da*

*Secretaria Municipal de Educa o, monitora a implementa o das
estrat gias e a es*

*relativas a politica municipal de Educag o Integral em Tempo Integral,
publicado atrav s*

de portaria, com vig ncia a cada 02 (dois) anos.

*Art. 16 - Para a consecui o da Politica Municipal de Educa o Integral, a
Prefeitura de*

*Rio Verde de Mato Grosso - MS, por meio da Secretaria Municipal de
Educa o, podera*

*celebrar conv nios, parcerias, contrata o de servigos e acordos de
cooperag o t cnica*

*com instituic es publicas e privadas e firmar termos de cooperagdo com
organismos e*

instituicdes nacionais e internacionais cong neres.

*Art. 17 - As despesas decorrentes da execu o desta Lei correrdo por
conta de*

*dota es orcamentarias consignadas anualmente a Secretaria Municipal
de Educa o,*

*observados os limites de movimentagdo, empenho e pagamento da
programagdo*

orgamentaria e financeira anual.

*Art. 18 - A regulament o da presente Lei dar-se-a por meio da Politica,
do Parecer n *

*051 do Conselho Estadual de Educagao/MS (CEE/MS) e a sua
implementag do por*

*Documento Norteador do(a) Secretario(a) Municipal de Educa o, que
disciplinara ou*

*regulamentara as atividades escolares nas escolas de Educag o Integral
em Tempo*

Integral.

Art. 19 - Os casos omissos serdo resolvidos pela Secretaria Municipal de Educagéo.

Art. 20 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicagéo, ficando revogadas as disposições em contrario.

27 DE JUNHO DE 2025.

*REUS ANTÔNIO SABEDOTTI FORNARI*Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1466/2025 - 27 de junho de 2025

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em